

FUTEBOL JUVENIL: ENTRE O IMAGINÁRIO E A MATERIALIDADE DA VIDA NAS CATEGORIAS DE BASE NO BRASIL

Carlos Eduardo Candido PEREIRA¹
Jose Luís BIZELLI²

RESUMO: As categorias de base do futebol brasileiro criam – no imaginário de crianças e jovens pobres – uma janela para um futuro melhor. Diante de precárias condições objetivas, os clubes recebem os futuros atletas, sem uma preocupação educativa que favoreça a vida profissional adulta. As contradições – que se estabelecem entre o *habitus* dos aspirantes ao futebol profissional e as condições materiais de existência oferecidas pelas *escolinhas de futebol* – criam um espaço importante para a atuação de educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Futebol. Formação de educadores. *Habitus*. Jovens brasileiros.

INTRODUÇÃO

Em tempos de Copa do Mundo – acolhida por um país com dificuldades para gerar empregos decentes³ para jovens e com dificuldades para vencer o desafio de dar educação universal a seus cidadãos –, a reflexão que está contida no presente trabalho diz respeito à avaliação das condições, escolar e social, de crianças e jovens atletas que vivem em torno das categorias de base do futebol profissional brasileiro.

Tendo como vértice de interpretação o referencial produzido por Bordieu e Passeron (1992), a análise está lastreada por dados da realidade concreta do mercado de empregos brasileiro para jovens, na faixa de 15 a 24 anos; lastreada em conceitos que permitem a leitura do *imaginário* que se forma em torno da possibilidade de *mudança de vida* através da profissionalização enquanto jogador de futebol; e lastreada no interesse que a questão vem despertando em meios acadêmicos instituídos.

Assim, pretende-se criar um ambiente favorável para a reflexão crítica sobre o alargamento de um campo de trabalho específico para o profissional da pedagogia no âmbito dos esportes de competição, particularmente no que diz respeito ao futebol.

¹ Doutorando em Educação Escolar. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Educação Escolar. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - candido_unesp@yahoo.com.br

² UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Antropologia Política e Filosofia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - bizelli@fclar.unesp.br

³ A referência é explícita ao texto *Trabalho decente e juventude no Brasil* (OIT, 2009), produzido pela Organização Internacional do Trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO PARA JOVENS NO BRASIL

Segundo Pochmann (2007), a atenção para o mercado de trabalho que contempla a população com menos de 25 anos se justifica dado o agravamento das manifestações de violência juvenil que se expressam, principalmente, nos grandes centros urbanos nacionais. Em seu estudo, o autor trabalha dados do período 1995 a 2005 demonstrando que apesar da curva de crescimento da população jovem (15 a 24 anos) ter se acentuado levemente foi nesse segmento que o desemprego cresceu mais fortemente⁴.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, 53% não estudavam em 2005, embora houvesse um esforço, perceptível nos dados estatísticos, para associar o trabalho e a frequência à escola formal. As famílias mais pobres eram as que sofriam mais intensamente com o desemprego, sendo que 35% dos jovens viviam em famílias com rendimento mensal *per capita* de até meio salário mínimo. No cenário descrito, de cada dez postos de trabalho criados no mercado, apenas um ficava com a população jovem (POCHMANN, 2007).

Quando os dados são atualizados para a realidade recente da sociedade brasileira, a situação da empregabilidade juvenil continua causando preocupação. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2014), em estudo específico sobre a região metropolitana de São Paulo, as taxas de desemprego na faixa jovem (entre 16 e 24 anos) ultrapassam o dobro da taxa total, nos anos que vão de 2010 a 2013. Os dados podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1 - Taxa de Desemprego por atributos pessoais, na Região Metropolitana de São Paulo.

Períodos	Total	Faixa Etária			
		16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos
2010	11,9	23,4	9,8	6,9	6,6
2011	10,5	21,3	8,7	6,0	5,1
2012	10,9	22,1	9,3	6,1	4,7
2013	10,4	21,9	8,8	5,8	4,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo DIEESE (2014)

⁴ Segundo Sabóia e Bregman (1999), a situação se agrava quando a análise recai sobre a população jovem feminina. No período considerado por Pochmann (2007), ou seja, entre 1995 e 2005, a taxa nacional de desemprego feminino aumenta 77 %.

Não se trata de um retrato paulistano, mas de uma tendência nacional. A considerar os dados publicados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, em novembro de 2013, mas referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2012 (IBGE, 2013), havia nove milhões e seiscentos mil brasileiros de 15 a 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam, ou seja, um em cada cinco jovens⁵. Os indicadores mostravam que a fração feminina representava mais de setenta por cento da *geração nem-nem*. Mulheres que, basicamente, haviam assumido as tarefas ligadas ao cuidado com os filhos. Do segmento total, homens e mulheres, quase quarenta por cento completaram o ensino médio e deveriam ter seguido para um curso superior, embora mais de trinta por cento nem tivessem concluído o ensino fundamental.

Por sua vez, o desemprego – enquanto fenômeno estrutural ocasionado pelo funcionamento do sistema de produção capitalista – atinge todas as faixas etárias da população economicamente ativa. Há uma sensível deterioração das condições de trabalho e do arcabouço jurídico-institucional que rege as relações de trabalho a partir de finais do Século XX (BIZELLI, 2009), período no qual se verifica uma forte queda na taxa de emprego global para todos os países do mundo capitalista (KORENMAN; NEUMARK, 1997).

Com o desemprego – fruto do modelo econômico adotado – acentua-se o desajuste social, que no caso do jovem assume proporções mais graves.

Para Flori (2004), é na faixa etária dos 15 aos 24 anos que se concentra a maior parte das pessoas que buscam ingressar no mercado de trabalho. Assim, as dificuldades se dão por conta de dois aspectos: por um lado, na maioria dos casos é a primeira vez que muitos procuram emprego, apresentando como fator de baixa competitividade a falta de experiência laboral; por outro lado, em consequência de um sistema de educação inadequado para preparar cidadãos para o mundo do trabalho e incapaz de manter o jovem dentro das unidades escolares, os candidatos ao mercado de trabalho, no Brasil, carecem de uma melhor qualificação para enfrentar os desafios da vida profissional.

A preocupação com a elaboração de políticas públicas que enfrentem o problema do emprego e da educação para o jovem pode ser verificada em documentos internacionais que buscam analisar a realidade brasileira:

⁵ Os meios de comunicação passaram a chamar esse contingente populacional de *geração nem-nem*, ou seja, nem trabalha e nem estuda.

Como a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades, torna-se necessário identificar questões e contextos específicos nos quais se deve intervir, de forma a possibilitar aos jovens e às jovens desenvolver capacidades e habilidades específicas para enfrentar e transformar situações como: as desigualdades nas relações de gênero, de raça e etnia, de classe social; a precariedade das condições de vida; as deficiências e insuficiências das políticas públicas em saúde, educação, trabalho, segurança, cultura, lazer, informação. A estratégia central para o desenvolvimento sustentável e equitativo da população brasileira é intervir nos contextos de vulnerabilidade nos quais estão inseridos as e os jovens e reduzir o risco de violação aos seus direitos humanos fundamentais, dando-lhes condições para o enfrentamento e resolução dos problemas do dia a dia. (UNFPA, 2010, p.55).

É nesse contexto que se coloca a reflexão sobre uma possível trajetória de profissionalização e de busca de uma oportunidade de acesso a uma educação melhor através das categorias de base do futebol brasileiro. No entanto, antes de iniciar o exercício da análise concreta é preciso delinear o referencial teórico que norteará a investigação.

DO HABITUS AO CAPITAL CULTURAL

Dentro do construtivismo estruturalista, Bordieu desenvolveu o conceito de *habitus* para nominar uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe social, a qual gera estratégias, respostas ou proposições objetivas e subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social (BORDIEU; PASSERON, 1992).

Em outras palavras, para o autor em tela, o homem é social por natureza. É *agente social* enquanto sujeito que age no mundo – ou seja, sujeito histórico – e *ator social* quando representa sem necessariamente ter uma ação. O *habitus* permite aos sujeitos conhecer quais são as diferentes concepções da sociedade, permite conceber e avaliar o mundo. É possível se pensar, portanto, em uma *socialização primária* e em uma *socialização secundária*, em um *habitus primário* e um *habitus secundário* (BONNEWITZ, 2003).

A *socialização primária* é aquela que ocorre no seio familiar. Por meio da imitação e da representação, o cidadão vai se socializar. Ao receber uma educação familiar, isto é, uma “ação pedagógica”, a criança adquire seu primeiro *habitus*. Esse *habitus primário* é interiorizado pela criança e exteriorizado através de suas ações que se orientam de forma semelhantes ao de seu grupo familiar.

A *socialização secundária* é realizada fora do ambiente familiar. A escola – assim como outras instituições, outras famílias, por exemplo – passa a ratificar o conjunto de orientações contidas no *habitus familiar* ou *habitus primário*, o que lhe confere uma característica peculiar que poderia ser chamada de *habitus* específico: o *habitus escolar* (BONNEWITZ, 2003).

É importante salientar que o *habitus secundário* não extingue o *habitus primário*, pelo contrário vai reforçá-lo. Piaget (1998) em seus estudos dizia que o avanço cognitivo da criança ocorre por meio de certas situações que a levariam a uma estruturação mental que passaria por um processo de adaptação, assimilação e acomodação em relação a fatos novos, aprendidos ou experimentados. O *habitus secundário*, então, é uma estrutura ou esquema interno do sujeito que sempre está em via de reestruturação.

Em termos antropológicos, isso é interessante porque é por meio do *habitus secundário* que o indivíduo começa a moldar a sua personalidade e a integrar-se em os mais diversos grupos que lhe pareçam comuns dentro da diversidade social disponível. A cada avanço que o sujeito tem na internalização de seu *habitus*, torna-se maior o seu *capital cultural*.

O *capital cultural* é uma forma de conhecimento, de habilidade, de educação ou de vantagem que um sujeito adquire e cujo valor específico possa ser reconhecido como característica diferencial para ocupar um status mais elevado dentro de uma sociedade determinada (BORDIEU, 1998).

De acordo com Whitaker (2000), a teoria do capital cultural é importante, no caso brasileiro, para explicar as diferenças sociais que existem entre as classes economicamente constituídas, particularmente, diante do processo de urbanização que alterou o modo de vida da população nacional, na transposição do campo para as cidades. A autora acrescenta em sua explicação:

Para os filhos da classe trabalhadora, a carência de capital cultural pode não ser a mais dramática. A escola veicula uma cultura urbana numa linguagem quase inatingível. Mas, como a criança sofre carências mais imediatas, ligadas à sobrevivência, ao sair da escola para trabalhar, ela encontra outras explicações para o seu insucesso. (WHITAKER, 2000, p.44).

Assim, Whitaker (2000) percebe a materialização da lógica que orienta a vida concreta em torno do *habitus* que se forma no mundo rural e a ruptura que se dá quando

da mudança para a sociedade urbana que desvaloriza muitos paradigmas estruturadores da cultura rural. Na sociedade contemporânea, embora o avanço científico das novas tecnologias minimize a cultura do particular, embora os meios de comunicação invadam todos os ambientes com sua mensagem massificada, o jovem se sente desajustado para competir por postos de trabalho dentro do mercado.

Cria-se um descompasso significativo entre a cultura, a sociabilidade e a vida material que o jovem constrói a partir dos valores de seu *habitus* e as habilidades que ele tem que trocar com o mundo do trabalho para que seja aceito naquelas profissões da moda, ou seja, naquelas profissões que tem *status* para garantir sua realização e proventos⁶. A escola não é capaz nem de interferir na desmontagem da armadilha proposta, nem de qualificar o cidadão para uma vida produtiva e competitiva.

Habitus e capital cultural oferecem aos seres humanos – e muito particularmente àqueles que iniciam sua vida produtiva – um conflito dialógico entre elaboração da subjetividade e vida objetiva, concreta. O exercício – fadado ao insucesso, enquanto regra – é elaborar uma estratégia para se estabelecer, na vida adulta, de forma diferente do grupo – cultural, social e econômico – ao qual o jovem pertence, mesmo que para atingir a meta proposta seja preciso negar a região de conforto proporcionada pelo *habitus*.

Nesse sentido, Bordieu e Passeron (1992) indica como tendência trajetórias de vida que – independentemente do nível de capital cultural acumulado – acabam, no final, reproduzindo os comportamentos de seu grupo de origem – o seu *habitus primário* – por vezes de modo inconsciente. Segundo o autor, constitui-se um processo que leva à reprodução social, ideia que orientará a análise do campo a ser investigado pelo texto.

DO IMAGINÁRIO À VIDA MATERIAL CONCRETA NAS CATEGORIAS DE BASE DO FUTEBOL BRASILEIRO

Na adolescência⁷, acontece a desestabilização do *habitus* infantil. O jovem vivencia um conjunto variado de situações concretas e, diante de algumas delas, busca um *status* diferenciado que lhe oportunize mais reconhecimento, respeito e popularidade

⁶ Certamente, o impacto social do descompasso citado apresenta-se como a violência estrutural que permeia todas as estatísticas das sociedades modernas.

⁷ A legislação brasileira – conforme o artigo 2º. do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) – caracteriza a adolescência entre os 12 e os 18 anos de idade.

no grupo social. É nesse momento que o esporte – sobretudo, no Brasil, o futebol – insere-se na vida das crianças e dos adolescentes.

Jovens de classes economicamente desfavorecidas percebem no futebol uma oportunidade de garantir condições de trabalho suficientes para seu sucesso pessoal na estrutura social. O jovem atleta vê-se enquanto possível objeto de valor comercial para um mercado global lucrativo e que movimenta recursos incalculáveis dentro da economia nacional (SOARES; LOVISOLO, 2003). É preciso ressaltar, no entanto, que o mercado do futebol oscila segundo recursos desiguais, já que a capacidade financeira das corporações que vivem do esporte flutua sob a preferência dos torcedores pelos clubes. Assim, o valor de mercado dos atletas nos diversos clubes varia muito.

Damo (2005) investigou o futebol enquanto objeto de desejo profissional em crianças das escolas públicas e privadas, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos mostraram que um em cada três meninos da escola pública desejava tornar-se jogador de futebol, proporção que diminuía quando se tratava da escola privada.

Uma interpretação dos dados apresentados pode desvendar um modelo de representações sociais no qual quanto menos *capital cultural*, ou seja, quanto menos repertório cultural disponível para o jovem no seio familiar, mais acontece uma aposta em profissões que não dependem de muita escolarização (ALVES-MAZZOTI, 1994).

A profissionalização no futebol, de fato, não exige muita escolarização, mas exige dedicação já que a formação de um atleta pode se iniciar antes dos 12 anos de idade; acontece, na maioria das vezes, em regime de albergamento; e requer, aproximadamente, cinco mil horas de treinamento voltado para o domínio de técnicas corporais e psicológicas características da prática esportiva (DAMO, 2005).

O caminho a ser percorrido para a formação de um jogador de futebol é composto por muitas fases. Inicia-se com testes para aproveitamento nas categorias de base – as conhecidas “peneiras” – os quais podem ser realizados nos clubes ou nas escolinhas de futebol. As categorias de base dos clubes de futebol, geralmente, estão inseridas dentro dos departamentos amadores e, segundo Brunoro e Afif (1997), são divididas em três faixas etárias: a *categoria infantil*, que vai dos 13 aos 15 anos – a Sub 15 –; a *categoria juvenil*, com atletas entre 16 e 17 anos – a Sub 17 –; e a *categoria júnior*, que reúne jovens de 18 a 20 anos – a Sub 20.

Toledo (2002) analisa o processo de seleção de jogadores e seus resultados demonstram que apenas 1% de aspirantes à profissão é aproveitado, em média. No ano

de 1995, por exemplo, de três mil e quinhentos garotos que tentaram ingressar na categoria de base de determinado clube, apenas cinco foram aproveitados; no ano posterior, apenas dois permaneceram depois dos testes realizados com quatro mil garotos. Segundo Brunoro e Afif (1997, p.121):

Há casos em que os jogadores das equipes de base não são formados no próprio clube. Muitos chegam aos grandes centros vindos de regiões carentes do país para tentar a vida no futebol. Outros são trazidos por empresários que mantêm informantes (“olheiros”) espalhados em várias cidades. De qualquer maneira, o caminho que esses jovens atletas percorrem é muito árduo e na maioria das vezes, frustrante. Apenas uma pequena minoria consegue algum sucesso no futebol.

Quando nos clubes, os jovens, normalmente, passam por situações de *stress* provocadas pelo impacto inicial da mudança de vida, ou seja, do confronto entre a nova situação e os mais simples traços do *habitus* pregresso: o deslocamento dos futuros atletas profissionais para outras cidades e o seu alojamento nas dependências dos clubes; a rotina e o cardápio alimentar que provoca, por exemplo, situações de desnutrição pela ruptura com costumes alimentares culturalmente sedimentados; as novas responsabilidades que lhes são impostas, inclusive aquelas que dizem respeito ao que é permitido ou não fazer – horários para sair do e para chegar no alojamento; auto regulação de atividades permitidas, ou compulsórias, ou proibidas para *dar conta* de cumprir com os aspectos da vida pessoal, da vida escolar e de compromissos com o clube, como as viagens para competições –; o cuidado e respeito com os limites do corpo minimizando o risco de acidentes e lesões por conta da carga de treinos.

Segundo Brunoro e Afif (1997), é comum que os próprios clubes não valorizem os jovens atletas, já que a cultura adotada nas categorias de base é injusta. Os dirigentes não conseguem perceber a importância de oferecer melhores condições de vida integral para os garotos: melhor estrutura física dos locais de treinamento, melhores serviços de atendimento para o desenvolvimento físico e mental do atleta – exames médicos, odontológicos e psicológicos periódicos –; melhores profissionais para acompanhá-los nas atividades – treinadores altamente capacitados e com elevados princípios morais para trabalhar com jovens em formação. Não há uma preocupação de acrescentar algo à vida dos futuros atletas, mesmo que eles venham a seguir carreira fora do futebol.

De acordo com os artigos 92º e 94º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), as instituições que desenvolvam programas de abrigo devem cumprir

algumas orientações padrão. Dentre elas destaca-se: propiciar escolarização e profissionalização (Art. 94º. X). Essa obrigatoriedade é destinada aos clubes que detêm a tutela de jovens em alojamentos ou albergues.

O profissional responsável por envidar esforços para que a instituição promova ações compatíveis com o espírito da Lei citada, bem como, responsável por cuidar dos interesses pessoais dos atletas nas categorias de base é o Assistente Social.

O Assistente Social, alocado junto a um clube desportivo, tem como função incrementar condições para a melhoria de vida do atleta e de sua família, através da observação e da avaliação da estrutura de serviços que lhes são oferecidos – condições de habitação; nível de renda familiar; atendimento às questões que envolvem a saúde, a alimentação e a educação; etc. –, do círculo social no qual eles vivem, incluindo as relações de vizinhança, estudando a melhor forma de proporcionar-lhes ascensão social.

Muitas vezes o profissional ajuda a família do atleta encaminhando o pai, ou a mãe, para um emprego, conseguindo vaga na escola para o irmão do atleta ou providenciando documentos para todos, tais como certidão de nascimento, carteira profissional, cédula de identidade, etc. Em alguns casos torna-se necessário que o clube providencie cesta básica e vale-transporte para a família do jogador. Depois de observar as condições em que vive o atleta, o assistente social deve discutir com a diretoria e sugerir maneiras de melhorar a situação social do jogador e, se for o caso, uma eventual mudança para o alojamento do clube.

É importante salientar que por ser o Assistente Social o único responsável pelo encaminhamento e acompanhamento dos atletas no clube, há uma sobrecarga de trabalho causando dificuldades para que o profissional possa proporcionar maior atenção às condições escolares específicas dos jovens. Sendo assim, torna-se desejável que exista uma parceria com o profissional da Educação, facilitando a resolução das questões que dizem respeito à análise, averiguação e solução da trajetória escolar do atleta.

A vida de um jogador de futebol na categoria de base em clubes brasileiros pode não ser muito longa. De acordo com a Lei Federal nº. 6.354/76 (BRASIL, 1976) em seu artigo 5º. “[...] ao menor de dezesseis anos é vedada a celebração de contrato, sendo permitido ao maior de dezesseis anos e menor de vinte e um anos somente com o prévio e expresso assentimento de seu representante legal.” Nessa mesma lei, no artigo 3º. está expresso que “[...] o prazo de vigência de um contrato, em nenhuma hipótese, poderá

ser inferior a três meses ou superior a dois anos.” Isso significa que a cada dois anos um atleta pode ser dispensado de um clube.

Segundo Brunoro e Afif (1997), mesmo que um clube invista na formação de um atleta, pode ser que na hora de sua profissionalização o mesmo seja injustiçado. Não há uma preocupação muito forte com o futebol amador: o foco são as competições e os títulos que os atletas possam trazer para os clubes, o que leva às contratações de jogadores consagrados. Com isso os jovens da categoria de base não são aproveitados e acabam sendo emprestados ou negociados com outro clube ou mesmo dispensados.

Tendo em mente que a categoria júnior ou sub 20 – de 18 a 20 anos – é um momento decisivo na vida do jogador – momento no qual ou vai haver a profissionalização ou o atleta vai encerrar sua carreira no futebol – fica a inquietação, a ser investigada, de qual tem sido o encaminhamento dado pelos clubes no sentido de proporcionar ao seu atleta uma educação que contribua para o desenvolvimento pessoal e a formação profissional.

Com base na indagação esboçada acima, buscou-se verificar quais são as pesquisas científicas, na área da Educação, que busquem respostas para identificar quais tem sido os respaldos proporcionados pelos clubes para prover educação escolar que garanta formação profissional para seus atletas ou mesmo como o tema vem sendo tratado pela Academia, ou seja, qual é o seu impacto nos indicadores de produção acadêmica: trabalhos apresentados em congressos específicos, mestrados e doutorados.

O OLHAR DA ACADEMIA SOBRE O FUTEBOL

Como referências, foram pesquisados, no site da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação – ANPED e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, trabalhos que apresentavam em seu título os descritores: atletas e futebol. No site da ANPED, a investigação centrou-se nos trabalhos que aconteceram no Grupo de Trabalho (GT) 14 – Sociologia da Educação. Tal GT foi utilizado como plataforma de pesquisa em razão da proximidade com o referencial teórico estudado.

O período de buscas foi preestabelecido entre os anos 2000 e 2009 – dez anos. Assim, estão contempladas na amostra as reuniões que ficaram no intervalo entre a 23ª (2000) e a 32ª (2009) reunião anual. A Tabela 2 exhibe os resultados obtidos na busca.

Tabela 2- Levantamento Bibliográfico Da Produção Anual de Trabalhos da Anped (2000-2010).

Reunião	Ano	Trabalhos Apresentados	Pôsteres	Trabalhos com descritores: Atletas e futebol
23°.	2000	12	01	00
24°.	2001	11	01	00
25°.	2002	09	01	00
26°.	2003	10	01	00
27°.	2004	09	04	00
28°.	2005	11	00	00
29°.	2006	19	02	00
30°.	2007	11	01	00
31°.	2008	16	01	00
32°.	2009	15	00	01
Total	10 anos	123	12	01

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser visto, nos dez anos selecionados, poucos autores se dedicaram a estudos sobre as condições de atletas ou as condições oferecidas pelas estruturas que abrigam as categorias de base do futebol com perspectivas educacionais. Dos 123 trabalhos apresentados e 12 pôsteres do GT Sociologia da Educação, apenas um trabalho se preocupou com a questão.

O trabalho que se colocou a debate na 32° Reunião Anual da ANPED teve como título “Mercado, escola, formação de jogadores no futebol brasileiro”, no qual os autores problematizaram a relação entre a profissionalização, a escolarização e o mercado de trabalho futebolístico, chegando à conclusão de que a falta de acesso à cidadania social para as camadas populares da população brasileira era a causa do insucesso do processo de produção de jogadores de futebol, no país.

A outra via de busca executada na pesquisa foi o banco de teses da Capes, fundação vinculada ao Ministério da Educação – MEC que disponibiliza, em seu site⁸,

⁸ CAPES (2013).

ferramenta de busca e consulta relativa a teses e dissertações defendidas desde o ano 1987, organizadas por programas de pós-graduação de todo o Brasil. Vale ressaltar que a origem das informações são os próprios programas de pós-graduação, que abastecem e são responsáveis pela veracidade dos dados.

O período considerado na busca foi o mesmo. A seleção dos trabalhos resultou da análise dos títulos dos trabalhos, acesso aos resumos e separação daqueles que correspondiam à análise sobre os jovens atletas e sua escolaridade dentro dos clubes de futebol. A Tabela 3 exibe as informações obtidas na busca.

Tabela 3 - Levantamento no Banco de Teses da Capes sobre futebol (2000-2009).

Ano	Mestrado	Doutorado	Trabalhos Selecionados
2000	10	02	00
2001	05	01	00
2002	10	01	01
2003	17	02	00
2004	23	09	00
2005	19	04	00
2006	21	02	01
2007	23	05	00
2008	18	08	01
2009	24	05	00
Total	170	39	03

Fonte: Elaboração própria.

Durante o período, foram apresentados e defendidos em Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES duzentos e nove trabalhos sobre a temática do futebol, sendo 170 em nível de mestrado e 39 em nível de doutorado. Os trabalhos estão mesclados por Áreas de Conhecimento diversas, nas quais predominam estudos sobre Saúde, Psicologia e Educação Física.

Traçando como objetivo investigar preocupações semelhantes às esboçadas até aqui, foram selecionados três trabalhos – todos dissertações de mestrado – para uma

análise mais detida. Conforme a Tabela 3, a pesquisa encontrada no ano de 2002 é uma dissertação pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, cujo título é *A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional*.

No estudo, o autor investigou o processo de formação do jogador de futebol, no referido clube, de uma perspectiva alicerçada na teoria *globalista*, mostrando que, por um lado, o processo de ensino-aprendizagem utilizado e, por outro lado, o disciplinamento e o aprimoramento do talento não apenas despertam ou lapidam aptidões naturais – dons e vocações. Os valores que vão se consolidando indicam que para atletas que estão atrelados às realidades socioeconômicas e educacionais muito específicas jogar na seleção brasileira ou nos times de primeira divisão profissional é a principal expectativa profissional. As principais motivações que conduzem para o futebol são o reconhecimento do dom, a possibilidade de conseguir muito dinheiro e fama, o estímulo e reconhecimento da família. No estudo, os atletas apresentam concepções diferentes sobre o fim do passe⁹, sendo que duas questões predominam: a liberdade de trabalho no mercado do futebol e o desemprego precoce, dada a carreira curta dos atletas.

O trabalho de 2006 é uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte – Universidade Federal de Minas Gerais – e tem como título: *Análise da transição da carreira esportiva de atletas de futebol da fase amadora para a fase profissional*. A autora analisou a carreira de atletas na passagem da adolescência para o início da idade adulta, momento em que se coloca a transição: do esporte amador para o profissional. Os resultados indicaram mudanças drásticas quanto aos círculos sociais dos atletas, sendo que o que eles mais sentem falta é de sair com os amigos e namorar. Os principais problemas enfrentados são os estudos, a distância da família e as contusões. Na visão dos atletas, a família continua sendo seu principal instrumento de apoio.

O trabalho de 2008 é uma dissertação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba e tem como título: *As relações entre o futebol e o cotidiano escolar na construção da cidadania*. O autor realizou uma análise da relação entre o futebol e a educação no cotidiano escolar, por meio de revisão bibliográfica. Como resultado de sua investigação concluiu que o futebol, dentro da

⁹ A Lei do Fim do Passe é também conhecida como Lei Pelé (BRASIL, 1998).

escola, influencia na transformação do aluno, na sua conduta, no seu comportamento e em sua noção de mundo e de cidadão.

EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO OU... DE UM RECOMEÇO.

Pelo que foi exposto no texto, é possível concluir que existem poucos estudos, interpretações, reflexões críticas sobre as condições materiais de vida e existência dos atletas que estão inseridos nas categorias de bases dos clubes de futebol brasileiros. No que tange a pesquisas centradas em questões especificamente educacionais, com foco no processo de profissionalização do jogador e no cuidado com os jovens que podem ou não seguir uma carreira de sucesso dentro do futebol nacional, os estudos são praticamente inexistentes.

Duas vertentes de investigações podem estar definidas aqui. Por um lado, que tipo de escola pode educar atletas para enfrentar o sucesso e o fracasso no competitivo mercado do futebol profissional? A partir das peculiaridades do processo de formação do jovem que se dedica ao esporte, qual escola pode transformá-lo em um cidadão apto para à vida social, dentro ou fora do futebol? Por outro lado, qual é a oportunidade *para aprender* presente nas “escolinhas de futebol das categorias de base”, inclusive como campo de trabalho para o educador? Quais as relações ensino-aprendizagem possíveis através do futebol, que poderiam abrir outros horizontes educativos para os atletas brasileiros?

No que tange à bibliografia que deu suporte a este estudo, embora Bordieu e Passeron (1992) tenha vertebrado a interpretação dos dados relatados – através de seu entendimento sobre a reprodução do *habitus*, nas relações entre os sujeitos sociais em conflito – foi possível perceber que o funcionamento institucional dos clubes de futebol – e mesmo o seu descaso com a formação integral de seus atletas, embotando outras habilidades e princípios que não o futebol – criam novos obstáculos à formação profissional e cidadã de jovens brasileiros, negando princípios consagrados e expressos em documentos oficiais de organismos internacionais como a ONU (UNFPA, 2010).

No que tange ao papel profissional do Educador – ou do Pedagogo – como saber complementar e decisivo a atuar ao lado do Assistente Social nos clubes de futebol, trata-se de chamar a atenção para uma prática que poderia direcionar um trabalho mais reflexivo e crítico voltado ao jovem atleta de forma a proporcionar maior habilidade para enfrentar as condições de vida às quais está exposto. Naturalmente, qualquer

afirmação assim colocada necessita de novas investigações – de um recomeço analítico –, necessita de novas pesquisas sobre as práticas que podem se constituir enquanto novo campo de atuação para profissionais da Educação: os esportes de competição, em geral, e o futebol, em particular.

**YOUTH SOCCER: AMONG FICTIONAL AND MATERIALNESS OF LIFE IN
YOUTH ACADEMY AT BRAZIL.**

ABSTRACT: *The youth academies of Brazilian soccer form – in imaginary of poor children and young ones – a window for a better future. Before precarious objective conditions, the teams receive future athletes, without educational concern that support adult professional life. The contradictions - that set between habitus of professional soccer beginners and material living conditions offered for soccer youth academies - make an important space for procedure of educators.*

KEYWORDS: *Education. Soccer. Formation of educators. Habitus. Brazilian young.*

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, A. J. Do trabalho à rua: uma análise das representações sociais produzidas por meninos trabalhadores e meninos de rua. In: FAUSTO NETO, A. M. Q. (Org.). **Tecendo saberes**. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1994. v.1. p.9-45.

BIZELLI, J. L. Estado, democracia e gestão da inovação. In: BIZELLI, J. L.; FERREIRA, D. A. O. (Org.). **Governança pública e novos arranjos de gestão**. Piracicaba: Jacintha, 2009. p. 15-34.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.39-65.

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria de sistema de ensino. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 1998.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 1990.

_____. Lei n°. 6.354, de 02 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 set. 1976.

BRUNORO, J. C.; AFIF, A. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Gente, 1997.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. **Banco de teses**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

DAMO, A. **Do dom a profissão**: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. 2005. 434f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS [DIEESE]. **Pesquisa de emprego e desemprego**: região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FLORI, P. M. Desemprego de jovens no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Latino Americana de População, 2004. p.1-17.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [UNFPA]. **Direitos da população jovem**: um marco para o desenvolvimento. 2.ed. Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores: 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

KORENMAN, S.; NEUMARK, D. Cohort crowding and youth labor markets: a cross-national analysis. **National Bureau of Economic Research**: Working Paper, Cambridge, v.6031, maio 1997. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w6031.pdf?new_window=1>. Acesso em: 29 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, 2009.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução de Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

POCHMANN, M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

SABÓIA, A. L.; BREGMAN, S. **O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos:** características, diferenciais e desafios. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA [IBGE]. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. p. 35-53.

SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. R. Futebol: a construção histórica do estilo nacional: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.25, n.1, p.129-143, set. 2003.

TOLEDO, L. H. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

WHITAKER, D. **Escolha da carreira e globalização**. 11.ed. São Paulo: Moderna, 2000.